

	Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana
	Data: ____ / ____ / ____ Turma: _____
	Aluno: _____
	Professor: <i>Manuel Antonio</i>
	Disciplina: <i>Filosofia</i>

7ª APOSTILA DE FILOSOFIA- ENEM

THOMAS HOBBES (1588-1679)

Thomas Hobbes é um dos filósofos contratualistas, exatamente por considerar que toda comunidade política é fundada em um pacto social (constituição ou instituição da cidade civil).

A ausência desse pacto faz com que os indivíduos estejam em um estado de natureza, na qual haveria a guerra (conflito) de todos contra todos.

Na concepção da filosofia hobbesiana, a legitimidade do poder do Estado parte do pressuposto de que os homens, no estado de natureza – sem um instrumento que regule as ações humanas – são iguais e totalmente livres, o que caracteriza uma situação social de guerra permanente de todos contra todos.

Assim, segundo Hobbes, para possibilitar a segurança e a manutenção da vida, os indivíduos renunciam à liberdade absoluta do estado natural em prol do Estado, que estabelece a estabilidade social ao garantir a paz e a segurança.

A legitimidade do poder do Estado, portanto, se baseia na existência desse contrato social, firmado entre os indivíduos de uma sociedade, em que a liberdade absoluta de todos é alienada (transferida) à um Estado que concentra o poder de elaborar e impor leis sociais.

A legitimidade do poder que os novos pensadores políticos esperam encontrar na representatividade do poder e no consenso, existe em Hobbes, embora com propostas diferentes daquelas dos liberais.

Para Hobbes, a necessidade de uma autoridade absoluta encarnada em um soberano que pode ser um rei, um grupo de aristocratas ou uma assembleia democrática, decorria de uma total brutalidade do estado de natureza, no qual os homens eram como lobos.

Hobbes defendia a existência de uma autoridade absoluta, de uma monarquia, mas não como as tradicionais baseado em direito divino do rei.

O homem é “o lobo do homem” e movido por suas paixões e desejos não hesita em matar e destruir o outro, seu semelhante.

Desse modo, o estado de natureza, por ser intolerável, favorecia a racionalidade do ato de se submeter a um regime absolutista.

Hobbes analisa a natureza humana em uma perspectiva mecanicista: o homem é como uma máquina que age sozinha, na linha da concepção mecanicista de mundo típica da física da época.

Para Hobbes, nada era imaterial, de tal forma que desenvolveu uma concepção metafísica totalmente materialista.

Ele discordava da concepção de que o pensar fosse evidência de uma realidade separada e distinta do corpo, da existência de uma substância espiritual.

O materialismo (mecanicismo e, portanto, empirismo) hobbesiano caracterizou-se por um profundo determinismo, isto é, pela noção de que todos os fenômenos – materiais e psíquicos – estão interligados e determinados por relações profundas de causa e efeito.

Estado deve garantir que o que é meu me pertença exclusivamente, garantindo o sistema da propriedade individual.

É possível descobrir no pensamento hobbesiano alguns elementos que atendam os interesses burgueses.

A linguagem, dizia Hobbes, é uma convenção social. É por convenção que fazemos determinados sons e determinadas grafias – isto é, determinadas palavras – corresponderem a certas coisas e não a outras e, consequentemente, o significado linguístico e mental resulta dessa convenção social.

RENÉ DESCARTES (1596-1650)

Descartes é o principal filósofo racionalista. Assim sendo, para ele, o conhecimento é resultado de investigações do ser pensante, único capaz de chegar a conceitos verdadeiros.

Segundo a filosofia cartesiana, o processo de conhecimento só é possível a partir da aplicação do método da dúvida metódica, que implicaria um questionamento radical de toda ideia anteriormente existente.

A dúvida radical conduz o pensador à conclusão de que pensa, o cogito. Esta é, para Descartes, o conhecimento inabalável, princípio de todas as certezas.

Sendo assim, a ciência possui uma base racional fundante a qual todo homem pode ter acesso e, desse modo, todos podem participar.

No prefácio de sua obra Princípios de filosofia, ele explica que toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física e os ramos que saem desse tronco constituem todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral.

Ele concebeu uma metafísica de muita influência até nossos dias. Trata-se da concepção de mundo que

separa radicalmente matéria e espírito, ou corpo e mente, conhecida como dualismo cartesiano.

Descartes concebia que Deus é um ser **transcendente**, isto é, encontra-se fora, separado de sua criação. Desse modo, no mundo em que vivemos existiriam apenas as duas substâncias finitas (*res cogitans* e *res extensa*), que seriam essencialmente distintas e separadas.

De acordo com uma visão cartesiana, a natureza deve ser compreendida pela razão, podendo servir às necessidades humanas.

Descartes concluiu, porém, que o pensamento (ou consciência) é algo mais certo que qualquer corpo, pois ele considerava a matéria “algo apenas conhecível, se é que o é, por dedução do que se sabe da mente.”

Seu método contribuiu grandemente para uma visão reducionista da realidade.

Descartes afirma que “a ciência deve tornar-nos senhores da Natureza”. A ciência moderna nasce vinculada à ideia de intervir na Natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la.

Descartes mostra que nosso espírito possui três tipos de ideias que se diferenciam:

- Ideias adventícias (isto é, vindas de fora): são aquelas que se originam de nossas sensações e lembranças.
- Ideias fictícias: são aquelas que criamos em nossa fantasia e imaginação.
- Ideias inatas são inteiramente racionais e só podem existir porque já nascemos com elas

Descartes recorre à existência de Deus para garantir a correspondência entre o pensamento e o real no processo de conhecimento, retomando alguns pressupostos do realismo escolástico.

WEB. Super Professor®Web. Disponível em:<https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php> Acesso em 14/05/2020.

Marcondes, Danilo. Iniciação à história da filosofia . Zahar. Edição do Kindle

COTRIM e FERNANDES, Gilberto e Mirna. Fundamentos de filosofia . São Paulo: Saraiva, 2016.

ARANHA e MARTINS, M. L. de A. e M.H. P. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1993

Chauí, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática. 1997. p. 115

Ghiraldelli Jr., Paulo. A Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche (p. 115). Edição do Kindle.

Russell, História da filosofia ocidental, v. 2, p. 88.

1. (Enem PPL 2016) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições

normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012 (adaptado).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- a) alienação ideológica.
- b) microfísica do poder.
- c) estado de natureza.
- d) contrato social.
- e) vontade geral.

2. (Enem 2015) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo Martins Fontes, 2003

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- a) entravam em conflito.
- b) recorriam aos clérigos.
- c) consultavam os anciões.
- d) apelavam aos governantes.
- e) exerciam a solidariedade.

3. (Enem PPL 2013) Hobbes realiza o esforço supremo de atribuir ao contrato uma soberania absoluta e indivisível. Ensina que, por um único e mesmo ato, os homens naturais constituem-se em sociedade política e submetem-se a um senhor, a um soberano. Não firmam contrato com esse senhor, mas *entre si*. É *entre si* que renunciam, em proveito desse senhor, a todo o direito e toda liberdade nocivos à paz.

CHEVALLIER, J. J. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1995 (adaptado).

A proposta de organização da sociedade apresentada no texto encontra-se fundamentada na

- a) imposição das leis e na respeitabilidade ao soberano.
- b) abdicação dos interesses individuais e na legitimidade do governo.
- c) alteração dos direitos civis e na representatividade do monarca.
- d) cooperação dos súditos e na legalidade do poder democrático.
- e) mobilização do povo e na autoridade do parlamento.

4. (Enem 2ª aplicação 2016) **Texto I**

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Texto II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- a) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c) capricho típico da menoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- d) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações sociais e violenta a humanidade.

5. (Ufu 1999-adaptada) Para Thomas Hobbes, a comunidade política era

- a) artifício criado pelos homens através de um contrato.
- b) direito natural.
- c) mandamento divino.
- d) imposição de poder de um único homem sobre os outros.
- e) um estado democrático.

6. (Enem 2016) Nunca nos tornaremos matemáticos, por exemplo, embora nossa memória possua todas as demonstrações feitas por outros, se nosso espírito não for capaz de resolver toda espécie de problemas; não nos tornaríamos filósofos, por ter lido todos os raciocínios de Platão e Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciências, mas histórias.

DESCARTES, R. *Regras para a orientação do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Em sua busca pelo saber verdadeiro, o autor considera o conhecimento, de modo crítico, como resultado da

- a) investigação de natureza empírica.
- b) retomada da tradição intelectual.
- c) imposição de valores ortodoxos.
- d) autonomia do sujeito pensante.
- e) liberdade do agente moral.

7. (Enem PPL 2015) Após ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

DESCARTES, R. *Meditações. Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. A proposição "eu sou, eu existo" corresponde a um dos momentos mais importantes na ruptura da filosofia do século XVII com os padrões da reflexão medieval, por

- a) estabelecer o ceticismo como opção legítima.
- b) utilizar silogismos linguísticos como prova ontológica.
- c) inaugurar a posição teórica conhecida como empirismo.
- d) estabelecer um princípio indubitável para o conhecimento.
- e) questionar a relação entre a filosofia e o tema da existência de Deus.

8. (Enem 2014) É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001 (adaptado).

Apesar de questionar os conceitos da tradição, a dúvida radical da filosofia cartesiana tem caráter positivo por contribuir para o(a)

- a) dissolução do saber científico.
- b) recuperação dos antigos juízos.
- c) exaltação do pensamento clássico.
- d) surgimento do conhecimento inabalável.
- e) fortalecimento dos preconceitos religiosos.

9. (Enem 2013) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu "de um prazer de poder", "de um mero imperialismo humano", mas da aspiração de libertar o homem e de enriquecer sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. *A tecnologia como problema filosófico: três enfoques*, Scientiae Studia. São Paulo, v. 2, n. 4, 2004 (adaptado).

Autores da filosofia moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

- a) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.
- b) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da filosofia.
- c) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.
- d) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.
- e) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

10. (Enem 2013) TEXTO I

Há já de algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto. Era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente a fim de estabelecer um saber firme e inabalável.

DESCARTES, R. *Meditações concernentes à Primeira Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

TEXTO II

É de caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001 (adaptado).

A exposição e a análise do projeto cartesiano indicam que, para viabilizar a reconstrução radical do conhecimento, deve-se

- retomar o método da tradição para edificar a ciência com legitimidade.
- questionar de forma ampla e profunda as antigas ideias e concepções.
- investigar os conteúdos da consciência dos homens menos esclarecidos.
- buscar uma via para eliminar da memória saberes antigos e ultrapassados.
- encontrar ideias e pensamentos evidentes que dispensam ser questionados.

11. (Enem 2019) TEXTO I

Considero apropriado deter-me algum tempo na contemplação deste Deus todo perfeito, ponderar totalmente à vontade seus maravilhosos atributos, considerar, admirar e adorar a incomparável beleza dessa imensa luz.

DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

TEXTO II

Qual será a forma mais razoável de entender como é o mundo? Existirá alguma boa razão para acreditar que o mundo foi criado por uma divindade todo-poderosa? Não podemos dizer que a crença em Deus é “apenas” uma questão de fé.

RACHELS, J. *Problemas da filosofia*. Lisboa: Gradiva, 2009. Os textos abordam um questionamento da construção da modernidade que defende um modelo

- centrado na razão humana.
- baseado na explicação mitológica.
- fundamentado na ordenação imanentista.
- focado na legitimação contratualista.
- configurado na percepção etnocêntrica.

12. (Enem 2019) Dizem que Humboldt, naturalista do século XIX, maravilhado pela geografia, flora e fauna da região sul-americana, via seus habitantes como se fossem mendigos sentados sobre um saco de ouro, referindo-se a suas incomensuráveis riquezas naturais não exploradas. De alguma maneira, o cientista ratificou nosso papel de exportadores de natureza no que seria o mundo depois da colonização ibérica: enxergou-nos como territórios condenados a aproveitar os recursos naturais existentes.

ACOSTA, A. *Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016 (adaptado).

A relação entre ser humano e natureza ressaltada no texto refletia a permanência da seguinte corrente filosófica:

- Relativismo cognitivo.
- Materialismo dialético.
- Racionalismo cartesiano.
- Pluralismo epistemológico.
- Existencialismo fenomenológico.

13 (Uenp 2012) A charge abaixo retrata a oposição **epistemológica** de duas escolas filosóficas cujos iniciadores podem ser considerados, respectivamente,

Francis Bacon e René Descartes. Assinale a alternativa correta.



- Empirismo X Criticismo
- Ceticismo X Existencialismo
- Empirismo X Racionalismo
- Racionalismo X Existencialismo
- Racionalismo X Ceticismo

14. (Unioeste 2011-adaptado) Thomas Hobbes é considerado um dos maiores filósofos políticos da Idade Moderna, até Hegel. Escreveu obras políticas fundamentais para a compreensão do Estado Moderno. Sua obra mais conhecida é *O Leviatã* (1651). Seguindo o pensamento de Hobbes, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre Hobbes e o seu pensamento.

- Para Hobbes o poder do soberano não é absoluto. O poder do governante tem que ser limitado. Ou o poder é limitado, ou continuamos na condição de guerra.
- Thomas Hobbes é considerado um filósofo *contratualista*, pois se trata de um pensador que viveu na idade moderna, e que afirmava que a origem do Estado e/ou sociedade está num contrato.
- Para Hobbes, o poder do Estado tem que ser pleno, absoluto. A autoridade do poder de um rei deve resolver todas as pendências e arbitrar qualquer decisão.
- Segundo Hobbes, do Estado derivam todos os direitos a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido.
- Sua teoria contratual afirma o princípio de preservação da vida na base da política e sustenta a ideia da criação e da manutenção do poder soberano no ato de linguagem implicado na estrutura representativa do pacto político.

GABARITO:

- 01 – C
- 02 – A
- 03 – B
- 04 – A
- 05 – A
- 06 – D
- 07 – D
- 08 – D
- 09 – C
- 10 – B
- 11 – A
- 12 – C
- 13 – C
- 14 – A